



Flávio da Rocha Montiel  
Gilberto Galvão  
Pyr Marcondes  
Liana John

---

## NICARÁGUA, NICARÁGUA\*

### AS NOVAS CASAS DA REVOLUÇÃO

**MANÁGUA** tem dezenas de favelas pontilhando os terrenos abandonados, resultado da emigração em massa, para a capital, dos camponeses sem terras, dos desempregados do interior.

Uma dessas favelas fica à beira do lago Xolotlán, que banha a capital, metida numa paisagem cinematográfica de montanhas e vulcões. Casas enegrecidas, com seus tetos presos por tijolos ou pedaços de ferro, para não voar. Não há água, nem luz. O esgoto é aberto às baratas e aos ratos. Crianças convivem com lama, lixo e urubus.

A algumas quadras dali começa um bairro tipicamente classe média, ruas calçadas, antenas de televisão, carros parados na porta, numa dessas contradições costumeiras dos países mais pobres.

Essa favela foi a invasão de um terreno do Estado. Seus moradores viveram, enquanto reinou Somoza, a ameaça do despejo todos os dias, por causa do crescente valor imobiliário da região.

---

\* Capítulos que apresentamos como amostra do livro ainda inédito, *Nicarágua, Nicarágua*, que reúne depoimentos e relatos sobre a revolução e os fatos que melhor definem a atual reconstrução daquele país. Os autores são jornalistas residentes em São Paulo. O livro será publicado pelo Grêmio Politécnico (SP).

Somoza se foi. Ficou a poeira. E o conjunto José Isaias Gomez, um projeto piloto de habitação popular, nasce para substituir a favela. São 500 casas de alvenaria e de madeira que os próprios moradores vão levantar, recebendo salário durante a semana e se organizando em mutirões voluntários aos sábados e domingos. Quando uma casa fica pronta, é imediatamente sorteada entre todos. E continua a construção coletiva das outras.

Esse projeto faz parte da Reforma Urbana que a Revolução pretende implantar, construindo 100 mil casas populares em 1980, redistribuindo os benefícios de água, luz, esgoto em favor dos bairros mais pobres, além de gerar emprego e especializar trabalhadores.

Por isso estavam reunidos no conjunto, naquela tarde, andando por entre as fundações e discutindo com engenheiros do Ministério de Habitação, dezenas de mestres-de-obras de todo o país, num seminário de capacitação. Davam sugestões, tiravam medidas, corrigiam erros. E dessa sabedoria coletiva estão surgindo na Nicarágua muitas descobertas novas para a construção civil, que vão desde formas mais econômicas de construir, até defesas mais eficientes contra terremotos. Todo um impulso está sendo dado à pesquisa, como explica o engenheiro Carlos Lola, responsável por esse setor do Ministério.

“Precisamos descobrir materiais daqui da Nicarágua, para não termos que importar. Importávamos amarras e espigões de aço para reforçar a estrutura das paredes. Agora estamos testando reforços de um tipo de bambu muito forte e flexível que existe no país. Importávamos os tijolos mais fortes; mas estamos pesquisando ligas diversas de cimento com solo da região onde vai ser feita a casa. As tintas e corantes vinham de fora: hoje estamos desenvolvendo corantes naturais da zona dos vulcões, muito mais duráveis e econômicos. Também não vamos mais importar telhas. Conforme a região, estamos criando novos tipos de teto, de placas de madeira ou ligas diversas. Onde tivermos que usar teto de cimento-amianto, por exemplo, uma boa solução pode ser o forro de palha, que isola o calor. Só não vamos pesquisar casas pré-fabricadas: precisamos empregar a mão-de-obra ociosa do país.”

O laboratório de pesquisas do Ministério, na verdade, não é nada mais do que o estacionamento dos automóveis, cada dia menor, invadido por uma multidão de paredes-teste, tetos experimentais, pedaços de chão cimentados com novas ligas, uma mixórdia de pás, puas, carrinhos de mão e gente, sob um sol abafante. Lola se diverte:

“Os carros vão ter que ficar na rua mesmo. Senão vão virar material de teste. O meu, na semana passada, ficou preso atrás de um teste de fundação que eles fizeram. No tempo de Somoza, isso era cheio de carros de burocratas. Eles passavam o dia todo engavetando projetos porque não

interessava ao regime a pesquisa de materiais. Eles tinham interesse era em importar materiais, porque participavam dos lucros. O mesmo ocorria com os empresários da construção. Sempre pensei que o engenheiro deveria trabalhar para a maioria, porque essa maioria pagou o meu curso universitário. Hoje posso fazer isso. Eu vim do campo, gosto da terra e não de sala com ar condicionado. Todos os dias, depois do expediente, eu vou para Monimbó. Lá os índios fazem muito artesanato. Vou lá aprender com eles como se lida com materiais. E venho multiplicar, nesse laboratório, o que eles me ensinaram”.

E não ficam só no nível material as pesquisas do Ministério. Em Monimbó está sendo montado outro projeto de habitação popular, com uma proposta igual ao do Isaias Gomez: casas de 42 metros quadrados, com área externa para jardim, geminadas duas a duas e ao custo de 3 mil dólares por unidade. Mas ficou uma pergunta diante de tudo isso: porque não geminá-las todas, economizando espaço e material?

A resposta da arquiteta responsável pelo projeto foi incisiva:

“E a monotonia? A estética, a dimensão humana também foi levada em conta neste projeto, companheiro. Por supérfluo que isso lhe pareça, e embora o povo nunca tenha tido direito a isso. Mas agora tem. Além disso, nós do Ministério não viemos aqui para construir o tipo de casa que *nós* achamos melhor para o povo. Nós fizemos antes uma pesquisa muito bem elaborada, para saber que tipo de casa o povo gosta. E descobrimos muitas coisas, aprendemos muito com eles. Descobrimos, por exemplo, que o nicaraguense gosta de preservar sua privacidade, mas ao mesmo tempo gosta de colocar a cadeira no jardim para conversar com o vizinho. Então certas dependências dessas casas serão privadas, como a cozinha, o tanque, o sanitário, e não coletivizadas à força, embora isso economize material. O espaço interno é aberto, para o morador dividir como quiser. E ele vai ter o jardim para colocar sua cadeira. São coisas que fazem parte de sua dignidade. Não queremos tirá-lo de uma favela para colocá-lo em outra, onde ele viva a mesma degradação.”

As casas de Monimbó, feitas de bambu e teto de palha são uma das imagens típicas, folclóricas da Nicarágua. Com a implantação do Projeto, essas casas vão desaparecer.

“E têm que desaparecer”, continua a arquiteta, “apesar do nosso sentimentalismo. Essas casas, *os índios* não querem mais, porque são úmidas em tempo de chuva, frias no inverno, insalubres. Elas apodrecem e se queimam com facilidade. E não têm segurança nenhuma. Nos tempos da Guarda, os tanques as faziam voar em pedaços, com as famílias dentro. Essas casas representam para os índios de Monimbó um tempo que eles querem esquecer; uma vida que eles não querem mais viver. E eles têm

*direito* a isso; eles fizeram a Revolução para defender sua dignidade de homens. E esse desejo de mudar de casa ficou claro nessa pesquisa que fizemos. Então não haverá mais choupanas como essas neste país. Elas foram o resultado de toda uma criatividade que tinham para fazer suas casas, mas também de suas condições de vida. Com esta Revolução, as condições de vida do povo vão mudar. E com elas, as suas casas”.

Mudar. É a expressão que mais se ouve nos comentários sobre a nova Nicarágua. E se do lado da pesquisa todo o cuidado tem sido tomado no sentido de serem respeitados os direitos do morador, o mesmo não poderia deixar de acontecer quando se trata de defender seus direitos frente aos proprietários das habitações no país. Pensando nisso, o Governo promulgou a nova Lei do Inquilinato, reduzindo drasticamente os aluguéis em benefício dos setores mais carentes da população. A partir do dia 20 de dezembro de 1979, quem pagava um aluguel de até 50 dólares mensais teve sua quota reduzida pela metade. Os que pagavam entre 50 e 100 dólares, pagam agora somente 40% desse valor. E os aluguéis cujo valor excediam 100 dólares, foram reduzidos para 5% do valor cadastral da casa, dividido pelos 12 meses do ano.

Mudar. Por muito tempo ainda será essa a expressão mais ouvida na Nicarágua.

“NÃO SOMOS PÁSSAROS PARA VIVER DO AR, NÃO SOMOS PEIXES PARA VIVER DO MAR, SOMOS HOMENS PARA VIVER DA TERRA.”

(de um *out-door* sobre a Reforma Agrária)

A história do camponês nicaraguense é a história de sua expulsão da terra, com o registro de muitas revoltas sufocadas a sangue para concentrar a propriedade rural na mão de poucos, criar os grandes latifúndios, fazer nascer um imenso proletariado rural de emprego temporário.

As melhores terras do país formaram as grandes fazendas do algodão e do café na zona do Pacífico e na zona central da Nicarágua, dotadas de toda a tecnologia e estrutura viária, com vistas a suprir o mercado externo. As piores terras, junto às zonas montanhosas, ficaram para o camponês expulso cultivar produtos de consumo básico para o mercado interno.

Os conflitos pela terra levaram Somoza, na década de 60, a encenar uma farsa de reforma agrária, enviando para zonas distantes e despovoadas milhares de famílias, que obtiveram parcelas pequenas de terras ruins e sem nenhuma assistência. Não tinham equipamentos agrícolas, acesso aos crédi-

tos rurais ou estradas para escoar sua parca produção. A grande maioria, sem recursos, não pôde usufruir de seu lote, restando-lhe apenas vendê-lo a outros e voltar a engrossar o exército de marginais do campo. Os que puderam cultivar suas terras fizeram-no de forma isolada, não contribuindo para o avanço do setor como um todo produtivo.

A história da Reforma Agrária na Nicarágua de hoje começa a ser contada de maneira inversa. Boa parte das melhores terras do país pertencem agora à Área de Propriedade do Povo (APP), que sob o controle do Estado reúne todas as propriedades de Somoza e dos somozistas; dos devedores das instituições financeiras e do Estado; defraudadores fiscais; as terras obtidas por meio de pressão política; as abandonadas pelos donos; as ociosas do latifúndio.

O Instituto Nicaraguense de Reforma Agrária (INRA) acabou ficando, assim, com 1.500 fazendas formadas, a maior parte produzindo, num total de 60% da grande propriedade e 40% da área cultivada do país, que corresponde a 5 milhões de *manzanas*.

Isso sem contar 6 milhões de *manzanas* adicionais, ainda inativas, já pertencentes anteriormente ao Estado. Essas terras, potencialmente cultiváveis, servirão para o plantio de grãos básicos. O INRA pretende transladar núcleos humanos para lá, colonizando o campo e descongestionando a cidade, depois de dotar estas regiões da infra-estrutura necessária.

Nas terras expropriadas aos somozistas, serão estabelecidas Unidades de Produção Estatal (UPEs), o nível mais alto de organização coletiva da produção, onde se cultivará algodão, café, arroz, tabaco e se incentivará a criação de gado.

Sacolejando em direção a um desses complexos agrícolas (que reúne cerca de 180 camponeses em 6 pequenas UPEs de algodão), um jipe e uma caminhonete do INRA saem de León, cidade semidestruída pela guerra, passando por La Paz Centro, pequeno povoado à beira da estrada principal, para invadir o cenário onde a reforma agrária deixa de ser números para virar realidade.

“Em cada unidade de produção há um comissariado”, conta Henrique Prado, funcionário do INRA e responsável pela administração de um dos complexos agrícolas. “Depois de haver efetuado um censo das necessidades dos camponeses da fazenda, o comissariado faz um pedido à Empresa Nicaraguense de Alimentos (ENABAS) dos produtos que precisa, em sua maioria itens de consumo indispensável. Esses produtos são vendidos aos camponeses a preço de custo, evitando que tenham de se deslocar até La Paz Centro ou até León para comprarem o que precisam.”

O jipe vai na frente, enquanto a caminhonete desaparece na sua traseira, debaixo de uma montanha de pó marrom. À frente, um verde novíço,

recém-saído do solo seco, enche algumas dezenas de hectares. É a primeira safra da Revolução, e tanto camponeses como técnicos do Estado tratam-na com um carinho todo especial.

“Tivemos que desenvolver um trabalho cuidadoso de reflorestamento em toda a região circunvizinha”, continua Henrique, “porque essa área é muito plana e os ventos são constantes. Foi necessário plantar centenas de árvores ao redor do complexo para que o solo não ficasse prejudicado pela erosão ou pela total destruição. A visibilidade aqui era de cerca de 10%. Com a barragem natural que construímos, a velocidade dos ventos foi reduzida em 90%. Só assim foi possível plantar todo esse milho que vemos aí.”

Evitando mais um buraco em seu intrépido jipe, Henrique conta que há um programa de rotatividade de mão-de-obra pelas diversas áreas de produção: “Estamos terminando agora a colheita do café e em breve terminaremos a do algodão. Os trabalhadores que se encontram nessas unidades de produção serão transferidos para outras zonas, para o combate às pragas ou para uma nova sementeira. Foi a fórmula que encontramos para evitar que, durante seis meses do ano, milhares de trabalhadores ficassem à margem da produção no campo. A Associação dos Trabalhadores do Campo (ATC) tem caminhões para o transporte dos camponeses de região para região. Se ela não se encarrega de levar essas pessoas diretamente para seu futuro local de trabalho, pagam o transporte, além de custear e providenciar alojamento e comida”.

A desocupação no campo, apesar de todos os esforços traduzidos nos programas de rodízio de mão-de-obra e incentivos máximos à utilização de todos os camponeses do país, atingiu 120 mil pessoas, que logo no início de 1980 não encontraram seu trabalho habitual de colher algodão, devido à redução da sementeira do ano passado: 74% da superfície de plantio deixou de ser cultivada. Além disso, a preocupação do INRA se justifica na medida em que a maior parte da população, cerca de 70%, vive ligada ao campo, seja como população especificamente rural (52%) ou ligada à produção, comercialização e beneficiamento das safras agrícolas. Do campo vêm ainda 50% dos ingressos da população total do país.

Miguel, o motorista da caminhonete, segue a trilha de fumaça deixada pelo jipeco de Henrique. A conversa que troca com Moisés Gonzales, ex-combatente da FSLN, ex-repórter do jornal *Barricada*, hoje fotógrafo do INRA, é discreta de sua parte e eloqüente da parte do outro, decidido entusiasta da Revolução.

O rádio transmite um noticiário urgente, informando que em El Salvador os comandos Farabundo Marti tomaram 4 das principais cidades do país. Moisés se ufana do feito. A América Central estaria prestes a explodir

depois do estopim da Nicarágua, defende ele. E torcia pelos salvadorenhos como quem torce por um time de futebol. Tira do bolso uma foto sua, fuzil na mão, roupa de guerrilheiro, sorriso na cara. Miguel olha de lado, faz que sim com a cabeça e prende os olhos na estrada, que se esconde, disfarçada entre a poeira. Enquanto Moisés conta aleatoriamente algumas histórias da guerrilha, o jipe de Henrique diminui a velocidade. Ele faz questão de mostrar os *riegos* de irrigação por eles instalados. Nada complexo, um sistema rudimentar de canos furados esguichando água por todos os lados.

A essa altura, um agrônomo do INRA toma a palavra: “Muitos não acreditaram que houvesse técnicos na Nicarágua capazes de garantir o crescimento do milho nessa área, no período em que fizemos. O momento não é propício para o plantio, estamos num período do ano quando as pragas que atacam a produção são muito fortes. Idealmente não poderíamos ter plantado nada, já que o risco de perda da colheita era muito grande. Mas arriscamos. O país precisa produzir para poder reativar sua economia. Por isso desenvolvemos um trabalho cuidadoso de combate à praga, com o uso de inseticidas misturados na própria água de irrigação”.

Paralelamente, novas técnicas introduzidas pelos agrônomos acabaram por triplicar a produtividade por hectare de plantação. Agora, ao invés de semear apenas um pé de milho a cada metro do terreno, os camponeses plantam de 4 a 5 pés.

“Foi difícil convencê-los de que isso seria possível”, explica o funcionário do INRA, “já que tradicionalmente se usava outro tipo de filosofia. Quase todos duvidaram que desse certo. Precisamos esclarecer o assunto várias vezes em assembleias coletivas dos trabalhadores, que nos cobravam conhecimento, questionavam, com sua experiência, nossa proposta. Hoje temos aí essa plantação”. E segurando os talos de um punhado de plantas entre os braços, comprova a possibilidade dos 4 a 5 pés por metro de terreno.

As melhorias no padrão técnico das colheitas da APP são hoje possíveis graças às novas relações de trabalho implantadas pela Reforma Agrária.

“No início”, ilustra Henrique, “boa parte dos companheiros não se acostumou ao novo sistema. Preferiam trabalhar nas fazendas privadas, achando que estariam melhor aí, a soldo do patrão. Mas aos poucos perceberam que o complexo, as unidades de produção, a Área de Propriedade do Povo era uma realidade. Perceberam que ganhavam em organização, que a produção era coletivizada, que podiam estudar nas horas vagas. E que se não estivessem satisfeitos com a administração do Estado podiam simplesmente depor quem ocupava o cargo”.

Cada complexo de produção possui um Conselho que se reúne semanalmente para tratar do que fazer na semana seguinte, para controlar os níveis de produção e o comportamento das unidades como um todo. Esse Conselho é composto por um responsável administrativo nomeado pelo Estado, um assistente, um administrador de campo, um representante do sindicato rural da região (geralmente afiliado à ATC), um assistente sindical e um representante de cada unidade do complexo. Se há insatisfação por parte dos trabalhadores em relação a qualquer um desses membros, a decisão do afastamento é tomada democraticamente nas reuniões do Conselho.

Além disso, também uma vez por semana, às 5 horas da manhã, antes dos trabalhadores se dirigirem para a roça, é realizada uma assembléia geral com a presença de todos os trabalhadores do complexo. Aí é feita uma seção de crítica e autocrítica, discute-se formas de organização dos coletivos de produção, desentendimentos pessoais, tudo, enfim, que diga respeito ao grupo, ao indivíduo ou diretamente à atividade produtiva.

Por essa razão, não foi sem uma indisfarçável ponta de desilusão que Henrique, logo ao descer do seu jipeco na Central do complexo (casa grande do antigo latifúndio), recebeu a notícia de que seu assistente de campo, um membro da Associação dos Trabalhadores do Campo (ATC) e dois camponeses haviam travado acirrada discussão em plena roça por motivos trabalhistas.

“Mas nós não tivemos assembléia hoje cedo?” indagava descontente ao seu auxiliar, “não discutimos tudo o que tínhamos que discutir? Por que o problema não foi colocado na reunião? A gente encerra uma assembléia imaginando que tudo corre bem e em seguida vocês vão para o trabalho, discutir no campo o que deveria ter sido discutido coletivamente? Para que as reuniões, então?”

Seu assistente explicava que o representante da ATC havia interferido em sua área de atuação, remanejando um homem do grupo de corte e desmatamento para a bomba d'água que irriga a unidade.

O auxiliar do sindicato argumentava que o homem transferido não se havia habituado bem no trabalho com a bomba, que sua produtividade estava abaixo do normal e que outro funcionário, por sua vez, não atuava como poderia na área de corte. Trocar as funções dos dois trabalhadores era, portanto, a melhor solução para racionalizar a produção.

Henrique não se conformava. Repetia que esse era assunto para ter sido levantado, colocado e resolvido durante a assembléia daquela manhã. Moisés Gonzales, o fotógrafo do INRA, intervém na discussão: “Companheiros, todos esses problemas devem ser resolvidos nas reuniões do Conselho de representantes. Levá-los ao campo é criar desentendimentos entre

os companheiros trabalhadores, é atrasar a produção e perder tempo discutindo, ao invés de produzir. Nosso problema agora é levantar a produção, companheiros”.

Ali, naquele momento, estava sendo praticada a reforma agrária sandinista em seu âmbito mais imediato. Questionava-se as instituições, as funções de seus representantes, os conceitos de trabalho e Revolução no campo. Por vezes o antigo regime da época somozista era evocado e seu sistema de produção contraposto ao atual. Compara-se índices de produtividade. Esclarece-se que a função política do representante sindical é organizar as massas ao nível do sindicato, fiscalizar se as decisões estabelecidas em assembléia estão sendo cumpridas, levantar as reivindicações dos trabalhadores. Já o assistente do campo deve atuar mais no setor administrativo da produção, implantando esquemas de trabalho, distribuindo tarefas, orientando a mão-de-obra.

Em meio a tudo isso, a teoria da reforma agrária passava pelo crivo rigoroso da prática revolucionária no campo. Fica decidido que na próxima reunião coletiva com os camponeses o problema será colocado e resolvido democraticamente com a participação de todos. É quase meio-dia quando Henrique, Moisés, o motorista Miguel e os representantes sindicais saem da Central e se dirigem para um galpão de madeira que se encontra ao lado da casa grande. O sol ofuscante da América Central cega por instantes o grupo, recém-saído do interior do escritório. Nesse momento, os camponeses já estão todos reunidos, cumprindo as duas últimas horas de trabalho do seu turno diário de oito: estão sendo alfabetizados.

Velhos, moços, crianças se apinham ao redor dos bancos escolares rústicos e improvisados. O manuseio incerto e sem jeito do lápis e do caderno denuncia o trabalhador da enxada e do machete, embrutecido, alijado que foi por séculos do mundo da cultura. O suor seca ainda aos poucos nos corpos e trajes maltrapilhos. Um coro desafinado range de tempos em tempos o hino do aprendizado, regido por uma negra, professora cubana: *b, a, ba; b, e, be ...* a mão escura desenha com segurança as primeiras sílabas do alfabeto. Giz branco em quadro-negro; chapéus respeitosa-mente tirados, como num templo; vergonha, incerteza, rostos marcados, *a, b, c*; um poster de *El Che*, ao fundo, parece guardar a classe, sua compatriota cubana, a Revolução Sandinista que se processa naquele galpão. Henrique e Oscar param na entrada da sala e observam em silêncio aquele grupo de proletários que aprende a ler e a escrever, ascendendo ao conhecimento que a ditadura somozista sempre lhes negou.

Henrique comenta: “Tivemos muitos problemas com a alfabetização no começo. O camponês é um homem duro, habituado à vida do campo e que se mostrou bastante relutante em frequentar as aulas. Não entendiam

direito o porquê da alfabetização. Foi então que o sindicato, em conjunto com a administração estatal, resolveu fazer uma proposta aos trabalhadores. O nosso código de trabalho prevê uma jornada máxima de oito horas diárias nas atividades agropecuárias. O sindicato “negociou” as últimas duas horas de produção em troca das aulas de alfabetização. Os camponeses continuariam ganhando os seus 27,20 córdobas por dia, normalmente, como se estivessem trabalhando. Mas as últimas duas horas poderiam ser cumpridas na escola, aprendendo a ler e escrever. De lá para cá só temos visto classes cheias, ainda que a alfabetização não seja obrigatória”.

À uma hora da tarde, portanto, o trabalhador do campo na Nicarágua de hoje concluiu sua tarefa produtiva e já assistiu à sua aula. O resto do dia é seu tempo de lazer, que dedica às atividades caseiras, à família, ao que quiser. Pode também voltar ao campo e trabalhar nas hortas coletivas que estão distribuídas por todas as unidades de produção. Nessas hortas são cultivados vários produtos básicos com o objetivo de melhorar a dieta alimentar da comunidade. Foi também a forma que o Estado encontrou para que o camponês vá se responsabilizando aos poucos pelo desempenho de sua própria produção. Os excedentes de plantio são levados pelos trabalhadores aos centros de comercialização e aí distribuídos, da maneira como entendam melhor. O Estado não interfere. Há um contador nomeado democraticamente pelos trabalhadores, que controla a parte mais burocrática e administrativa das hortas coletivas. O trabalho aí é voluntário. Os lucros da comercialização têm vários destinos, que vão desde o pagamento aos técnicos e insumos fornecidos pelo INRA ao reinvestimento na própria unidade de produção, para a construção de refeitórios ou ambulatórios.

Toda essa política de aumento paulatino da participação coletiva nas decisões está inserida num plano maior da Reforma Agrária, que pretende solucionar um grande problema para o desenvolvimento da Revolução no Campo: a idéia da propriedade privada.

Não são poucos os exemplos de trabalhadores do campo que chegaram para os executores do projeto e disseram, com a fala cantada típica do interior da Nicarágua: “*Mire hermano, está tremenda essa Reforma Agrária, tremendita, companheiro. Mas eu quero minha terrinha. Onde está o meu pedaço?*”

Por essa razão grandes esforços estão sendo feitos para que as terras das Unidades de Produção Estatal não sejam divididas, a fim de evitar o minifúndio improdutivo. Cerca de 1,3 milhão de *manzanas* (26,2 da área total cultivada do país) representam ainda os minifúndios intocados pelas expropriações e que se dedicarão ao consumo interno, devendo produzir este ano 170 mil *manzanas* de arroz, 22 mil de café e 200 mil de cana.

Mas as terras de propriedade do Estado estão reunidas num conjunto que compreende todas as Áreas de Propriedade do Povo, para que sejam administradas de forma conjunta e planificada.

Tal estratégia é raramente entendida pelo camponês, que tem uma tendência de ver na Reforma Agrária um programa de retaliamento da terra, onde cada um vai ter a sua parcela. Ele permanece vivendo o sistema anterior de dominação, só que agora querem ser os proprietários.

Na época de Somoza, os latifúndios detinham 92% da produção total de algodão, 73% da de café e outros 73% da de açúcar. Representavam ainda 1,8% das propriedades e ocupavam 47,5% da extensão territorial. Isso significa que as fazendas com menos de 10 *manzanas*, para se ter uma idéia, correspondiam a 41,6% das propriedades e ocupavam 2,2% do território.

Agora que a grande maioria desses latifúndios pertencem às Áreas de Propriedade do Povo, o camponês exige sua gleba. Trabalhar contra essa idéia é muito difícil, num momento de aliança com o capital privado e todas as implicações ideológicas, econômicas e políticas que ela acarreta.

Assim como os outros passos que a Revolução pretende dar, esse vai depender de medidas concretas de desincentivo à acumulação da propriedade privada e do dinheiro. No caso do campo, esse desincentivo está na lei que estipula um teto máximo para o preço da terra (o decreto não permite que se ultrapasse os 30 dólares por *manzana* para compra, quando historicamente os preços já chegaram a 200 dólares por *manzana*) e na facilidade muito maior para a associação em cooperativas.

Esse último aspecto vem sendo incentivado através do PROCAMPO, um programa que congrega pequenos produtores e proprietários agrícolas e que, em 1980, vai assumir 34% da produção de feijão, 28% do milho, 8,7% do café, 4,2% do arroz, habilitando 48 mil produtores com crédito bancário (55% dos quais já usufruem desses benefícios).

Dará ainda assistência técnica, crédito a juros baixos, pagará o preço justo pelo produto e cuidará da comercialização, pondo fim aos intermediários. Os produtores continuam donos de suas parcelas, mas a organização formal em cooperativas promove a mentalidade coletivista em todas as atividades dos cooperativados.

Outro programa complementar nesse sentido é o AGROINRA, que reúne grandes empresas estatais de atividades agroindustriais, de transformação de matéria-prima e exploração intensiva do solo. Terão um administrador nomeado pelo INRA e os camponeses participarão paulatinamente das decisões, organizados em sindicatos. Grandes esforços serão feitos no sentido de capacitar e formar trabalhadores. Como boa parte das Unidades de Produção Estatal (UPEs), as unidades do AGROINRA têm uma estru-

tura centralizada de planificação, já que são vitais para a economia do país como um todo, elaborando alimentos básicos da dieta popular e gerando divisas através de exportações.

Mas talvez a maior luta contra o espírito individualista da propriedade privada esteja mesmo é no campo ideológico. Isso implica num minucioso trabalho e numa atuação intensa das organizações populares, que devem discutir os problemas do país com toda a população. É preciso contar ao povo a idéia da nova economia agrária. É preciso que o camponês saiba tudo que ela representa para a autonomia da produção agrícola nicaragüense. Por fim, é preciso dizer-lhe o quanto *ele* representa, no campo, no machete, na bomba d'água, nas salas de aula, nas discussões sobre como plantar e como colher, para a consolidação da Revolução Sandinista.

### COM A PALAVRA, AS BASES

Psii! Pode entrar! Faz o favor, tem lugar aqui na frente. Pode sentar! Com licença, obrigada. Com licença. Não, não se incomode, tá bom assim, obrigada.

Mais duas pessoas se acomodam numa reunião do CDS do bairro. Um senhor, ex-motorista aposentado, arruma os óculos na ponta do nariz e retoma a leitura: “estávamos falando sobre o problema da companheira aqui do canto, que ia ser despejada pelo locatário. A companheira não quer vir à frente para fazer um relato?”

Vinte e dois olhares se voltam e sai um baixíssimo “não, não precisa, o problema já foi resolvido”.

“A companheira não quer, então, relatar como o problema foi resolvido?”

“Não, não precisa, já está tudo bem.”

... (silêncio) ...

“Vamos passar então à alfabetização. Segundo nosso levantamento ...”

Uma criança abre o berreiro e a mãe se retira disfarçadamente por entre as cadeiras bamboleantes e apertadinhas da garagem 3x4m, que serve de sede à reunião.

“... temos dez analfabetos em nosso CDS, sendo oito adultos e duas crianças de doze anos. Quem se dispõe ...”

Dois garotos entram correndo da rua. Os pais tentam conter a brincadeira dos filhos e prestar atenção na conversa.

“... a alfabetizar os companheiros?”

A senhora da segunda fila interfere: “precisamos definir antes o horário para ver quem pode. O que vocês acham de dois turnos, um à tarde para as crianças e um à noite para os adultos?”

Uns fazem que sim com a cabeça, outros apóiam deliberadamente, outros vigiam os filhos inquietos. Votado o horário, os alfabetizadores se inscrevem e o senhor aposentado passa para outras questões. Desfilam o problema das verbas para a saúde, educação, esportes e limpeza; a formação de times de *basebol* e futebol na rua; a discussão sobre as mercearias que estão cobrando caro demais; a alta do custo de vida; a Revolução e todo o tipo de questão que possa afetar os moradores de uma quadra de Manágua.

Para quem assiste, uma reunião dos Comitês de Defesa Sandinista, CDS, mostra o grau, a vontade e o poder de participação popular nos destinos do país. Eles surgiram logo nas primeiras vitórias da FSLN com a função de informar a situação da guerra, distribuir alimentos, organizar a luta e atender doentes e feridos. Com a vitória final cada quadra, nas cidades e cada grupo de casa, no campo, tem um CDS. As reuniões são semanais, os resultados são colocados num mural de esquina e os nicaraguenses discutem tudo ali, desde as decisões políticas do governo até os problemas de iluminação de rua.

O coordenador de cada CDS é eleito democraticamente pelos moradores da quadra. As quadras elegem o representante do bairro e os bairros elegem os representantes de cada município, que tem uma junta para encaminhar as decisões e reivindicações às instâncias superiores.

A capacidade de mobilização dos cidadãos através dos CDS é tão grande, que quando o Ministério da Educação quis recensear os analfabetos do país conseguiu fazê-lo em duas semanas, o que causou espanto aos representantes da Unesco presentes no país, na ocasião. Com a ajuda dos comitês, vários ministérios têm elaborado estatísticas preciosas, como a dos menores abandonados, desempregados, viciados em drogas e álcool. Dali para a Casa de Governo sobem os problemas de trabalho, salário, segurança nas ruas, o controle dos contra-revolucionários e dos preços dos alimentos básicos.

E não são necessárias ordens superiores para que a mobilização política também se faça. Quando a Frente Operária ainda agitava o interior do país, insuflando greves, instigando os trabalhadores a exigir aumentos utópicos e abusivos de salários, a Junta de Governo resolveu fechar o jornal *El Pueblo*, voz ativa daquele grupo. Os trotskistas imediatamente promoveram uma ruidosa manifestação de 150 pessoas atacando a medida. Isso foi mais ou menos ao meio-dia, horário em que a Nicarágua fecha para o almoço e não há possibilidade para mobilização popular.

Pois bem, a notícia chegou ao CDS do Mercado Oriental de Manágua, onde nunca se pára de trabalhar, e correu os 50 quarteirões de compra e venda de bugigangas. Às duas da tarde, cinco mil pessoas estavam em frente à Casa de Governo. Ambulantes com seus tabuleiros na cabeça, gente com avental de açougueiro, donas-de-casa e carregadores gritavam lemas de apoio à Revolução e exigiam que as máquinas impressoras do jornal *El Pueblo* fossem utilizadas para a campanha de alfabetização.

Dois dias depois era uma nova multidão, na praça Joaquim Chamorro, perto da Casa de Governo, para ampliar este apoio e reforçar a reivindicação. Sob o sol e a poeira do centro de Manágua, lá estavam presentes professores, operários, estudantes, profissionais liberais e comerciários, num total de 15.000 pessoas. Tudo obra dos CDS, que se reuniram em toda a cidade na noite anterior.

Monica Baltodano, secretária geral das organizações de massa da Frente Sandinista, mostra que esta mobilização não nasceu da noite para o dia:

“Antes ninguém via a possibilidade de cair a ditadura. A Guarda era considerada invencível, houve a derrota de Pancasan e a morte do Che na Bolívia. As massas eram espectadoras da própria História. Em 1975, com o estado de sítio e a lei marcial, surge um movimento de massas com perspectiva sandinista e sem se limitar às reivindicações tão somente econômicas que as guiavam até então. As massas reivindicavam pelos presos da ditadura e isso era uma reivindicação política.

Até aí também não há uma oposição burguesa ativa: é preciso surgir Pedro Joaquim Chamorro, diretor do único jornal de oposição, que falava claro, que era lido e acreditado pelas massas. É quando surgem greves, *lock outs* e a luta na Frente Norte se amplia. Com a repressão crescente, a luta política se vai transformando numa luta armada. As manifestações de massa se juntam ao trabalho de abrir barricadas, fustigar casas de somozistas. Nesse momento as massas descobrem que a Guarda era um tigre de papel. Mas descobrem também que não se poderia derrubar a ditadura sem armas.

A Frente sempre combateu de duas formas: a armada e a política, para não cair no militarismo. Não tínhamos, entretanto, grandes organizações de massa. Não tínhamos um operariado e um campesinato fortes. Havia sindicatos e a Frente; havia o PC e o PS, que nunca pegaram em armas, que jogavam a luta numa instância econômica e nos chamavam muitas vezes de aventureiros. A FSLN passa a ser cada vez mais vanguarda, atraindo as massas em torno do sandinismo e anti-somozismo. Nos últimos tempos tivemos a responsabilidade de todos os setores em luta contra a ditadura,

porque nenhum dos setores tinha expressão nacional. A morte de Joaquim Chamorro comoveu a massa: mataram um homem que lutava apenas com a palavra. Mas a consciência de classe ainda não estava desenvolvida. Havia uma consciência anti-Somoza, que depois evolui para perceber que não era só Somoza, mas todo o sistema somozista que deveria ser mudado. Uma consciência mais ampla não se desenvolveu por atraso político, pelo analfabetismo.”

Passando para o presente, Monica diz da linha que devem seguir as organizações de massa num momento como o atual, na Nicarágua. Destaca, em particular, o papel dos CDS:

“Aos CDS cabe impulsar os programas sociais do Estado, porque são as massas que fazem a Revolução e não o Estado. Antes nós fazíamos trabalhos junto às massas para ligar-nos a elas e depois levantá-las. Agora as massas é que fazem o trabalho. A massa recebe os benefícios da revolução se mobilizando para criá-los. Quando as massas só recebem, correm o perigo de confundir-se. Por isso é preciso fortalecer os CDS, unidades básicas do poder popular e de um grande trabalho de educação política. O CDS, inclusive, aproxima a burguesia do povo e da discussão de problemas, que ela muitas vezes nem sabia que existiam.”

O CDS é a organização de massa mais ampla, que aglutina pessoas de diferentes esferas sociais e que não estão ligadas especificamente a nenhum setor produtivo. Mas têm relação com as tarefas produtivas, sobretudo através de brigadas voluntárias. Eles vigiam os preços dos alimentos básicos, sua distribuição, promovem o consumo de artigos essenciais, economia de energia e água, mantendo a austeridade necessária para aumentar os níveis de produção e ao mesmo tempo têm participação no planejamento da educação e da saúde.

Existe, no entanto, um porém. Por serem muito novos, alguns CDS ainda não cortaram o cordão umbilical com o sistema somozista. Há coordenadores que se aproveitam de sua condição de “líderes” para distorcer a função dos comitês, cobrando taxas para festas de rua, promovendo o abuso de poder e fazendo tráfico de influência para arranjar empregos. Nos primeiros momentos da Revolução Sandinista a situação foi, inclusive, mais grave. Pairou o perigo de manobristismo político e da delação por motivos pessoais, num tempo em que bastava alguém ser acusado de ser somozista para não conseguir mais nada como cidadão.

Em toda a Nicarágua, é bom que se diga, começam a surgir os perigos de uma burocratização geral, aumentando bem as escalas dessas distorções dos CDS. Ainda existem alguns funcionários e mesmo dirigentes, que não sabem como lidar com a liberdade. Os vícios dos 45 anos de somozismo

fazem sentir desde a forma de se fazer andar as decisões, da menor à maior instância, até a forma de encarar as coisas.

O combate à burocracia ainda é muito jovem, embora o problema esteja sob a mira constante do Governo e das organizações populares. O país está cheio de questões a serem resolvidas e a população apenas começa a acordar de um longo torpor, para se organizar e propor soluções. Todos colocam a pouca experiência na organização sindical, o desinteresse de muitos em torno das tarefas coletivas, os individualismos, os desvios de conduta que atravancam o desenvolvimento da nova Nicarágua.

É de novo Monica Baltodano que fala da carência de quadros politizados para realizar tarefas organizativas e do espontaneísmo com que muitas vezes as bases se organizaram, nem sempre tomando atitudes corretas. Ela coloca a falta de uma linha definida com clareza, de um plano de organização geral do trabalho de mobilização, que têm impedido as lideranças de capitalizar as possibilidades oferecidas pela população de se juntar mais às tarefas do novo país.

A Revolução mostra, nessa questão, a encruzilhada em que se coloca e a transição por que passa o país. Tudo, na Nicarágua, está recoberto pela capa do novo, mas conserva ainda o peso dos 150 anos de colonialismo e 45 de somozismo. O grande desafio, para o Governo, é alimentar-se dos desejos das bases e junto com elas — não para elas — descobrir para onde apontar o futuro da Revolução Sandinista.

“NÃO PODE HAVER REVOLUÇÃO SEM A PARTICIPAÇÃO DAS MASSAS E NÃO SE PODE FALAR NAS MASSAS SEM A PARTICIPAÇÃO DA MULHER.”

(Associação das Mulheres Nicaragüenses)

Elas não queimam sutiãs, não pretendem lutar contra os homens e não saem em passeata para dizer que são mais inteligentes do que eles. Não. Elas nem sequer dizem que são feministas. Ao invés disso, sutilmente fincaram seus femininos pés nas montanhas e trincheiras da insurreição. Dirigiram colunas guerrilheiras. Foram soldados, correios e heroínas. Também morreram. Também foram torturadas pela guarda; também ganharam a guerra. De repente, um pequeno país da América Latina, machista e patriarcal como todos os outros, é obrigado a reconhecer que não existe sexo frágil.

As conquistas das nicaragüenses como mulheres iniciam aí, com sua participação na guerra de libertação nacional. E vêm se consolidando após

o triunfo revolucionário. Para elas, a exploração da mulher não está dissociada das condições sócio-econômicas de um país e só a partir da libertação de um povo é que a liberação da mulher é possível. Em vista disso, separam sua organização dos movimentos feministas americanos e europeus, cujo inimigo é o homem e sua opressão sexual.

No fundo, pensam elas, a liberação da mulher parte realmente da liberação econômica. Se uma mulher não tem dinheiro para se sustentar e a seus filhos, ela é obrigada a viver com um homem que a maltrata e oprime. Mas numa sociedade onde há lugar para ela no processo produtivo, desaparece a dependência e a submissão não é mais necessária. Por isso acreditam ser preciso modificar primeiro a sociedade, criando um sistema que também dê lugar à mulher. E o que é muito importante: não apenas no campo sexual, pois a mulher é um ser humano integral, com inteligência, afeto, relações de trabalho, relações sexuais, filhos etc. Liberar somente um aspecto seria falsear uma liberação.

Na Nicarágua pós-revolucionária, a Associação de Mulheres Nicaragüenses Luísa Amanda Espinosa (AMN) luta por este espaço feminino. São 22 mil afiliadas que buscam aglutinar as nicaragüenses em torno das tarefas nacionais, como a alfabetização, ou reivindicações específicas, como uma jornada de trabalho de oito horas para as empregadas domésticas. O trabalho é lento, elas sabem; constantemente se esbarra em preconceitos e comportamentos herdados do somozismo e do milenar patriarcalismo. Mas é dessas dificuldades que nasce e se desenvolve o ideário das mulheres da Nicarágua.

## SOBRE EDUCAÇÃO

Desde pequena a mulher aprende a se subestimar. Sua escala de valores é construída a partir da educação que recebe e será transmitida aos filhos que tiver e deles aos netos. Daí considerar-se prioritário na Nicarágua o Programa Integral de Reeducação da Mulher. Nele discute-se desde educação sexual até política, colocando sempre a necessidade de uma participação ativa da mulher.

Esta mesma participação ativa foi requisitada na Campanha Nacional de Alfabetização. Em primeiro lugar porque é a partir da alfabetização que a mulher pode atingir um grau maior de instrução e consciência, além de um nível técnico que a capacite para altos cargos. E, em segundo lugar, porque no censo feito pelo Ministério da Educação foi constatado que a Nicarágua possui 900 mil analfabetos, dos quais 750 mil são mulheres.

## SOBRE MATERNIDADE

Grande parte das camponesas nicaraguenses nunca conheceu um médico em sua vida, nem como mulher, nem como mãe. Elas têm seus filhos como eles vêm ao mundo e se os filhos morrem, não há mais nada a fazer senão enterrá-los. Isso explica, de um lado, o alto índice de mortalidade infantil no país. De outro lado estão a desnutrição, a falta de higiene e as doenças, sendo tuberculose e sífilis as mais comuns. A situação é de tal modo crítica, que uma pesquisa feita pela AMN, no estado de Zelaya, apontou a necessidade de hospitalização de 70% da população infantil.

Tendo isso em vista, estão sendo implementados vários programas de saúde nas zonas mais inacessíveis. Existe, por exemplo, um programa de capacitação de parteiras. As mulheres da própria região estão sendo orientadas com tecnologia moderna e noções básicas de higiene para o atendimento imediato. E, na medida do possível, se aumentará o número de médicos, obstetras e outros profissionais necessários. O serviço às mulheres é gratuito, sendo as parteiras capacitadas pagas pela Associação.

## SOBRE A MÃE SOLTEIRA

É um problema bastante sério para o país, já que existe, como herança da ditadura somozista, um grande número de mães nessa situação. Seus filhos são nicaraguenses e têm todas as prerrogativas de um cidadão comum garantidas pela Revolução. Os pais, do ponto de vista da legislação revolucionária, têm todas as obrigações para com os filhos, exatamente como se vivessem com as mães. E o Ministério do Bem-Estar Social vem trabalhando muito junto aos pais, tentando fazer com que essa postura funcione na prática. Afinal, não se pede a união ou desunião dos casais, mas apenas a alimentação e educação das crianças.

## SOBRE CRECHES

Até agora não existem muitas, mas é parte dos objetivos da AMN. Antes as mulheres que trabalhavam eram obrigadas a deixar seus filhos nas ruas, com vizinhos ou trancados em casa. A Associação, em conjunto com o Ministério do Bem-Estar Social, criou vários círculos de desenvolvimento infantil com capacidade para 100 crianças, de 6 meses a 6 anos. Ali se procura dar a assistência mais ampla possível: há uma psicóloga, uma enfermeira, uma nutricionista e várias assistentes em cada unidade.

A situação econômica da Nicarágua e a ajuda internacional que a AMN tem recebido, porém, não é suficiente para manter muitos destes círculos e, por isso, o projeto vem sendo impulsionado junto aos CDS de cada bairro.

A experiência começou por um projeto piloto nos bairros mais pobres e hoje funciona assim: os CDS fazem um levantamento das mães que trabalham e o número de filhos que têm. São selecionadas, então, aquelas que não trabalham e forma-se um círculo auxiliar de desenvolvimento infantil. São essas mulheres que vão cuidar dos filhos das que trabalham. A Associação responde pela alimentação das crianças e manutenção do local, bem como ampliações ou reformas necessárias. O projeto vem tendo boa aceitação e as mulheres começam a se conscientizar de que a educação dos filhos deve vir desde o nascimento.

## SOBRE O ABORTO

Não existe uma legislação a respeito e o problema ainda não foi discutido a nível nacional. Há pessoas que ainda consideram o aborto um escândalo e acham que as mulheres que o praticam deviam ser fuziladas. Há as que defendem a liberdade de opção para a mulher, desde que seja uma opção consciente e segura. Há também muitos aspectos religiosos e valores arraigados nas massas, que tornarão bem lentos o dimensionamento e a resolução do problema.

Mas o aborto é praticado, sem dúvida. E com a Revolução, que ainda não adotou uma posição oficial, o número de casos fatais aumentou. Os médicos que praticavam o aborto como profissão estavam ligados à ditadura e se foram com ela. Quer dizer, as poucas mulheres que faziam um aborto mais seguro, ainda que ilegal, já não têm à disposição "profissionais competentes". A elas resta o açougue.

Apenas em dezembro de 79 foram registrados mil casos nos hospitais de Manágua, sendo 69 deles fatais. E esses foram os casos que chegaram até os hospitais, porque a maioria das camponesas e operárias continua praticando o aborto clandestino, sem qualquer tipo de assistência.

## SOBRE LEIS TRABALHISTAS

Nos tempos de Somoza, uma das principais reivindicações da AMN era o mesmo salário para funções idênticas. Isso foi instituído logo entre as

primeiras leis da Junta, embora ainda existam alguns setores da burguesia relutantes em atender a medida.

A Associação luta agora pelas oito horas de trabalho para todas as atividades femininas, incluindo as empregadas domésticas. Reivindica-se ainda 15 dias de feriado para cada seis meses de trabalho e duas horas de descanso diário: uma para o almoço e outra para assistência médica (em caso de necessidade) ou alfabetização e estudos.

Em relação à mulher grávida, foi proposto um projeto dentro do novo código de trabalho que está sendo elaborado. São dois meses antes e três meses após o parto, com amparo total, para que a mãe possa se dedicar à criança recém-nascida.

Ao lado das reivindicações da mulher que trabalha fora, a AMN considera seriamente o problema da mulher que trabalha em casa. Elas entendem que o trabalho doméstico é desgastante e socialmente imprescindível e, como tal, deve se converter em trabalho remunerado e submetido às leis trabalhistas a exemplo de qualquer outro.

Já a discriminação sexual na ocupação de cargos de chefia e postos-chaves no governo deixou de existir espontaneamente. Quer dizer, não foram necessárias leis que o impusessem, pois as mulheres que tinham capacidade técnica foram naturalmente absorvidas em atividades importantes, depois do triunfo revolucionário. Hoje há comandantes na FSLN, técnicas nas Áreas de Propriedade do Povo, indústrias e agricultura e até mesmo camponesas na diretoria de cooperativas agrícolas de pequenos produtores.

## SOBRE O MACHISMO

Consideram a ideologia machista como produto de toda uma corrupção social à qual vão combater fazendo sua parte e não enfrentando o homem numa luta aberta, como explica Silvia Reyes, presidente da AMN: “mostraremos a eles que temos o mesmo valor, integrando-nos ao processo produtivo e desempenhando todas as tarefas, como mulheres. Assim como estivemos em todos os campos de guerra, estaremos em todos os setores da sociedade: na polícia, no exército, nas indústrias e na agricultura.

A nossa liberação está intimamente ligada à liberação do nosso povo e consolidação da Revolução. Ou se entende isso ou se corre o risco de cair num feminismo que é reflexo do mesmo machismo que pretendemos combater. Devemos tomar cuidado, pois se o machismo faz da mulher um objeto o feminismo pode fazer um objeto do homem, e não é isso o que queremos”.

## SOBRE A PROSTITUIÇÃO

A prostituição na Nicarágua não é mais um caso de polfícia. Os que enriqueceram às suas custas, os que mandaram prender e arrebentar as “vagabundas”, já fugiram ou morreram. Os que ficaram não a ignoram. Reconhecem que há mais de mil anos ela é uma “instituição tolerada, aceita e impulsionada pela sociedade, que está em direta relação com uma série de valores supostamente morais”. E é como tal que a Revolução pretende acabar com ela.

Será um extermínio onde ninguém vai bater; os prostíbulos não serão fechados e as prostitutas não serão exiladas. Pela fórmula dos sandinistas, a única maneira de acabar com a prostituição é abrir frentes de trabalho para estas “*compañeras*”, reeducá-las para uma outra relação social, abrir um espaço para que elas sejam mulheres e meninas.

O trabalho, nada pequeno, começa a ser executado pela AMN. No início de 1980, a Associação realizou uma pesquisa entre as prostitutas, para saber delas o que seria necessário para o abandono da “profissão”. As respostas, dependendo do critério de cada mulher, variaram todas dentro do âmbito econômico. Umas exigiram um salário superior a dois mil córdobas (200 dólares); outras apenas 200 córdobas (20 dólares) para montar uma banquinha de frutas no mercado; mas poucas, muito poucas, continuariam como prostitutas por opção.

Depois disso, a AMN passou a conscientizar estas mulheres da necessidade de sua integração no processo produtivo. Simultaneamente, abriam-se coletivos de produção capazes de absorver essa mão-de-obra. Os coletivos englobam padarias, pequenas oficinas de tecidos, costura e trabalhos manuais. Nas horas livres há palestras e seminários, que visam reeducar e reintegrar as mulheres à vida social. Os recursos, a manutenção e a própria administração desses coletivos é feita pela Associação, de modo a não criar uma concorrência com as assalariadas do comércio, indústria e agricultura.

Este cuidado é particularmente importante na Nicarágua de hoje, uma vez que 70% das mulheres que trabalhavam ficaram desempregadas depois da guerra. A indústria e o comércio ficaram aniquilados, a agricultura teve suas áreas diminuídas. O prioritário para o Governo, portanto, é recuperar os antigos níveis de emprego, para apenas então ter condições de ampliar as frentes de trabalho. Enquanto isso a AMN trata de oferecer uma opção econômica viável às prostitutas.

Agora, é claro que o simples fato de se criar uma opção não acaba com a instituição da noite para o dia. O trabalho é lento, como já foi dito. Os prostíbulos continuam cheios e as cidades continuam abrigando um sem número deles. Há uma diferença, no entanto, entre a prostituição antes e

depois de Somoza. Segundo uma prostituta, “a gente também está ganhando com esta Revolução, porque antes quem vinha aqui era a guarda nacional. Eles faziam o que queriam com a gente, não pagavam e até tiravam nosso dinheiro. Agora não. Os *muchachos* respeitam este lugar e o vigiam. Já não temos que pagar para os donos das casas e para a polícia. Fazemos o que queremos com o nosso dinheiro”.

O depoimento dela vem a endossar a filosofia da Associação de Mulheres, conforme a define Silvia Reyes: “Por não termos uma conscientização bastante ampla e não podermos oferecer trabalho para todas as que vivem da prostituição atualmente, achamos que ainda não podemos proibir a atividade. Porém, a manteremos sempre sob vigilância, para que as mulheres não voltem a ser exploradas por cafetões, donas de prostíbulo, ou membros da burguesia (como muitos somozistas, proprietários de várias redes de meretrício). Achamos que devemos protegê-las por enquanto, pois acreditamos que o fim da prostituição não vem com medidas de caráter repressivo.”

“A REVOLUÇÃO É CULTURA E A CULTURA NOSSA AGORA É REVOLUÇÃO. NÃO HÁ DISTINÇÃO ENTRE REVOLUÇÃO E CULTURA.”

(Pe. Ernesto Cardenal, Ministro da Cultura)

Para construir uma nova sociedade, a Nicarágua precisa assumir o poder sobre sua própria cultura: um poder há 150 anos nas mãos do colonialismo espanhol e do imperialismo norte-americano. É uma guerra difícil, muito mais difícil, que tomar o poder econômico e político. Mas seus primeiros passos já transparecem nas atividades dos Centros Populares de Cultura e em discursos, como o do comandante Bayardo Arce, da Secretaria de Propaganda, durante a primeira Assembléia dos Trabalhadores da Cultura:

“... a atividade cultural deve ser vista como ela é, como uma atividade ideológica, uma atividade que recolha, reproduza, desenvolva, que transmita os valores, as idéias e os costumes de uma sociedade. Mas uma sociedade que compreende sua situação social, econômica e política; que consegue entender as causas históricas que determinam seu conjunto de valores ideológicos e assume, a partir dessa compreensão, uma posição clara ante esses valores ideológicos.

... Na luta de liberação, sabíamos que a principal e primeira forma de opressão que tínhamos que derrotar era a econômica. Por sua vez, sabíamos que por cima dessa opressão econômica se levantava todo um conjunto de justificativas sócio-culturais e valores ideológicos, que através do sistema educativo, através dos meios de comunicação, através da cultura se encarregavam de desenvolver, manter e reproduzir os critérios que se depreendiam dessa injustiça econômica. Toda a atividade cultural estava destinada a justificar ante nosso povo essa injustiça econômica.

... Os revolucionários podem tomar com relativa facilidade o poder econômico, o poder material de uma sociedade; mas o mais difícil, o que custa mais, o que leva mais tempo é tomar o poder ideológico dessa sociedade. O poder intangível que se expressa na mentalidade dos homens, na mentalidade da sociedade.

... Vamos ter de lutar contra todo um investimento de milhões e milhões de dólares em melhorias tecnológicas que objetivam a transmissão de uma ideologia que mantenha os povos subjugados. Vamos abrir nossos próprios caminhos, como abríamos caminhos a ponta de machete nas montanhas... haverá de se desenvolver aqui uma cultura revolucionária, uma cultura anti-imperialista, uma cultura democrática a que tenha acesso todo o povo, não só para entendê-la, mas para produzi-la.

... E essa não é uma tarefa a ser resolvida num Congresso ou numa reunião de intelectuais. Vocês (os "trabalhadores da cultura") apenas assentarão as bases, encontrarão linhas mais precisas que possamos buscar para encontrar esse caminho. Mas será a práxis revolucionária, a atividade artística de conteúdo revolucionário que lhes irá dando a tônica desse suporte efetivo, que vocês podem dar ao nosso povo e à nossa revolução.

Estamos conscientes de que a Revolução não significa o sacrifício do artístico, do processado, do belo que há em cada atividade cultural e esse é um risco que se pode correr. Teremos que fugir da excessiva politização e sacrifício da arte, como fugiremos do recreio artístico alijado da realidade política, social e econômica da Revolução. A qualidade artística não pode se perder, mas devemos lembrar que a arte não serve para nada se não a entendem os camponeses e operários.

Queremos que cada vez que se pinte um quadro ou se escreva um poema, cada vez que se prepare um livro ou se faça uma canção, se esteja pensando até que ponto isso vai ser entendido

pelo nosso povo. Até onde isso vai ajudar nosso povo a transformar-se.

Poderíamos dizer que vocês têm que ser o corpo inicial dessa nova cultura, o corpo inicial desse Ministério de Cultura, mas conscientes de que só o nosso povo, só os artistas de nosso povo podem encontrar no caminho sua verdadeira essência e sua verdadeira multiplicação.”

O conteúdo desse discurso alia-se a uma prática, ainda muito crua, dos Centros Populares de Cultura, CPC. Eles foram criados para coordenar as atividades das casas de cultura, que já se espalham por todo o país. Praticamente existe um CPC para cada cidade. Eles são a representação do Ministério de Cultura nas diversas regiões. Organizam festas populares, festivais, encontros e exposições. Ajudam na formação de pequenas bibliotecas nas casas de cultura e orientam as aulas de música, cozinha, dança e desenho, que são ministradas gratuitamente nessas casas.

Em alguns CPC se criaram oficinas de poesia, onde os jovens aprendem técnicas e realizam apresentações, ou até mesmo maratonas, como a que reuniu milhares de pessoas em Cidade Dario, no aniversário do poeta Rubem Dario, ouvindo poesia por mais de sete horas seguidas.

Como estímulo aos jovens, as melhores poesias são publicadas no jornal *Barricada*, numa página do Ministério de Cultura, e no suplemento literário do *La Prensa*. Em geral, a qualidade deixa muito a desejar à quantidade de poemas escritos. A abordagem dos temas envolve o que há de mais presente, sem abstrações. As palavras se dirigem todas ao que há de mais forte no ar, a marca mais profunda: a guerra de liberação.

*“Vos, hijo de la tierra  
hijo de todos los miles  
de los que nunca llegaron a cansarse  
de los siempre-bandera  
heredero de la guerra, cantó de ressureicción  
renacimiento  
savía.*

*Te estoy viendo  
mágico, frágil, incierto  
yo, animal herido, desgarrado a punta de dar vida  
te estoy viendo, silenciosa, temblando  
con los ojos ardiendo, empapando la cara*

*y siento en tu piel transparente  
en tus manos inquietas  
en el furor infinito de tu tiempo  
el futuro despierto de esta tierra  
el corazón de esta pátria  
que hizo crescer  
— como vos em mi misma  
como mi ventre e tu voz —  
todos los sueños.”*

(Rosário Murillo, uma das muitas poetisas nas páginas dos jornais.)

### LA TIERRA ES UN SATELITE DE LA LUNA

*El apolo 2 costó más que el apolo 1  
el apolo 1 costó bastante*

*El apolo 3 costó más que el apolo 2  
el apolo 2 costó más que el apolo 1  
el apolo 1 costó bastante*

*El apolo 4 costó más que el apolo 3  
el apolo 3 costó más que el apolo 2  
el apolo 2 costó más que el apolo 1  
el apolo 1 costó bastante (. . .)*

*Los padres de la gente de Acahualinca tenían menos  
hambre que los hijos de la gente de allí.*

*Los padres se murieron de hambre.*

*La gente de Acahualinca tiene menos hambre que los  
hijos de la gente de allí.*

*Los hijos de la gente de Acahualinca no nacen por hambre  
y tienen hambre de nacer, para morir de hambre.*

*Bienaventurados los pobres porque de ellos será la luna.*

(Leonel Rugama, ex-combatente da FSLN, um dos poetas mais representativos na nova poesia revolucionária da Nicarágua.)

Em homenagem ao numeroso surgimento dos poetas, bons ou não, instituiu-se o Premio Latino-Americano de Poesia, ganho pelo cubano Fernandes Retamar neste primeiro ano. E como resultado da seleção de 320 livros de poesia mandados para o concurso, elaborou-se uma antologia

bilíngüe, em espanhol e inglês, para ser distribuída especialmente na Costa Atlântica e nos Estados Unidos.

Organicamente, os CPC estão integrados por representantes culturais dos organismos de massa — Juventude Sandinista 19 de Julho, CDS, ATC, AMN — e pelos elementos mais representativos dos artistas da região. Durante a Cruzada Nacional de Alfabetização, estes centros tiveram um papel muito importante, como “retaguarda da guerra contra o analfabetismo”. Isso porque de 15 de março a 15 de julho de 80, um total de 80 mil crianças estiveram de férias e os CPC trataram de redobrar seus esforços para substituir a ociosidade pelas atividades culturais.

Paralelamente à organização desses centros, o Ministério de Cultura vem desenvolvendo trabalhos que visam a popularização da cultura e recuperação da memória nacional. Foram reativadas a Escola Nacional de Música e a Escola de Belas Artes de Manágua. Ambas agora têm cursos gratuitos e contam com cerca de 900 alunos inscritos, embora nem todos possam ser atendidos por falta de material. Reorganizou-se a Orquestra Sinfônica da Nicarágua e a Biblioteca Nacional, sediada em Manágua.

No enorme e finíssimo Teatro Rubem Dario, as programações elitistas e caras foram substituídas por festas populares, bailes folclóricos, atos políticos e representações teatrais gratuitas ou muito baratas. Até o nome do teatro ganhou um popular pelo meio; agora é Teatro Popular Rubem Dario. Ele passou a servir também como torre de observação para os soldados do Exército Sandinista sempre que acontece uma manifestação. Pela localização estratégica, entre o lago Xolotlán e a praça da Revolução, palco da maioria das manifestações de massa, é no prédio do teatro que se instala a metralhadora ponto 30, discreto olho de segurança revolucionária.

No campo das publicações, as realizações do Ministério de Cultura voltam-se para a memória nacional em todos os níveis. As canções populares, as músicas das montanhas e dos índios foram transformadas em livros, existindo mais de 600 peças compiladas até agora. Mensalmente também sai uma revista oral, gravada em fita cassete, com estas e as músicas que se forem recolhendo do povo. A revista se chama *Ocarina* e é vendida a preços populares em toda a Nicarágua.

Em conjunto com o Instituto Nacional de Cinema, o Ministério fotografou e transformou em livro todas as pichações dos muros da insurreição. “Por estes mortos, nossos mortos, juramos vencer.” “Nas montanhas enteraremos o coração do inimigo”. . . As portas, as paredes e até mesmo os ônibus contam a nova história do país em tintas rapidamente soletradas, antes que a Guarda Nacional chegasse. Isso estará presente nas salas de aula de agora em diante, ao lado da Nova História da Nacional, elaborada pelos

Ministérios da Educação e da Cultura. Os novos livros incluem Sandino e todas as lutas sociais omitidas do tempo pela ditadura.

Em colaboração com o Ministério de Saúde, está para sair ainda um outro livro, que reúne as mais diversas ervas medicinais tradicionalmente usadas pelos índios e camponeses. Com esse livro, o Ministério de Cultura pretende colaborar na luta contra as multinacionais farmacêuticas, das quais a Nicarágua hoje é completamente dependente.

Foram elaboradas também algumas leis, como a que protege o patrimônio histórico e arqueológico e cria o Museu Arqueológico Nacional, com peças artísticas e históricas recuperadas das casas dos somozistas. Na área publicitária, foi criada uma lei que regulamenta os anúncios, de maneira que eles não lesem “os interesses e a dignidade do povo”.

O espírito de todas essas realizações e lutas do Ministério de Cultura pode ser traduzido no lembrete que o Ministro Ernesto Cardenal faz aos nicaraguenses sempre que tem uma chance:

“Este Ministério só existe para fomentar a criação espontânea do povo e orientá-la. E para devolver ao povo sua própria cultura. Naturalmente, a cultura não é feita pelo Ministério, mas pelo povo. Temos que preservar o que é nosso. As comidas e as bebidas típicas de nosso povo são também parte de nossa cultura e devemos preservá-las para as gerações futuras contra a penetração imperialista e o trabalho desculturizador das multinacionais. Contra a Coca-cola e a Pepsi-cola devemos defender os refrescos naturais nicaraguenses e a nossa doceria.

Todo o renascimento cultural que vemos e essa reivindicação do nosso é obra de nossa Revolução. A Revolução é cultura e a cultura nossa agora é Revolução. Não há distinção entre Revolução e cultura.” □

# MOVIMENTO SÓ SE APÓIA NOS LEITORES: FAÇA UMA ASSINATURA.



Atentado contra banca de jornal em Belo Horizonte

Defenda seu direito  
à informação livre.  
Venda uma assinatura  
a seus amigos. Se  
você quiser apoiar  
Movimento (venda de  
jornais ou ações),  
ligue para 210-6622  
ou 210-6744  
em São Paulo.

Desejo adquirir uma assinatura bianual de *Movimento* e para isso estou enviando o cheque nº ....., no valor de Cr\$ 2.800,00 pagável em São Paulo, em nome de Edição SA, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415.

Nome \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_